Órgão oficial eletrônico da Câmara Municipal de Pouso Alegre, instituído pelo Decreto Legislativo nº 03, de 27 de agosto de 2013

Ano 13 - Edição 2562

Quarta-feira, 23 de julho de 2025

# RESOLUÇÃO

# **RESOLUÇÃO Nº 1318 / 2025**

CRIA A PROCURADORIA DA MULHER NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE-MG.

Autoria: Mesa Diretora

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica criada a Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Pouso Alegre-MG.

**Parágrafo único**. A Procuradoria da Mulher não terá vinculação com nenhum outro órgão da Câmara Municipal de Pouso Alegre, sendo órgão independente, que contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Câmara Municipal.

- **Art. 2º** A Procuradoria da Mulher será constituída de 1 (uma) Procuradora da Mulher e de 1 (uma) Procuradora Adjunta, designadas pela Presidência da Câmara de Vereadores de Pouso Alegre, no início de cada sessão legislativa, com mandato de 1 (um) ano.
- § 1º A Procuradora Adjunta substituirá a Procuradora da Mulher em seus impedimentos e colaborará no cumprimento das atribuições da Procuradoria.
- § 2º A Procuradora da Mulher, bem como a Procuradora Adjunta, deverão ser prioritariamente Vereadoras eleitas para a Legislatura.
- § 3º Caso não haja Vereadoras eleitas em número suficiente, ou haja impedimento superveniente de alguma delas, os cargos deverão ser ocupados por servidoras designadas pela Presidência da Câmara Municipal.
- § 4º A suplente de Vereador que assumir o mandato em caráter provisório não poderá ser escolhida para a Procuradoria da Mulher
- § 5º A Presidência da Câmara Municipal de Pouso Alegre designará servidores efetivos ou comissionados para acompanhar as atividades da Procuradoria da Mulher, prestando-lhe o necessário suporte.
- § 6º As funções atribuídas à Procuradora da Mulher e à Procuradora Adjunta não serão remuneradas.
- § 7º A ocupação das funções de Procuradora da Mulher e Procuradora Adjunta cessarão automaticamente com a interrupção dos mandatos das suas ocupantes.
- **Art. 3º** Compete à Procuradoria da Mulher:

I – zelar pela participação mais efetiva das Vereadoras nos órgãos e nas atividades da Câmara Municipal de Pouso Alegre;

II – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violências e discriminação contra a mulher;

III – fiscalizar e acompanhar a execução de programas do Governo Municipal, que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas de âmbito municipal;

IV – cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;

V – promover pesquisas, seminários, palestras e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca de seu déficit de representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídios às Comissões da Câmara Municipal de Pouso Alegre;

VI – garantir que as políticas públicas sejam propostas, implementadas e executadas de forma interseccional e com participação popular.

**Art. 4º** Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara Municipal.

**Art. 5º** Para atender aos objetivos da Procuradoria da Mulher, poderão ser firmadas parcerias e convênios com universidades, escolas, empresas privadas, comércio, indústria, sociedades de classe, entes da sociedade civil organizada, entidades governamentais e não governamentais.

**Art.** 6º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com a nomeação imediata da Procuradora da Mulher e da Procuradora Adjunta.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 22 de julho de 2025.

Dr. Edson PRESIDENTE DA MESA Lívia Macedo 1ª SECRETÁRIA

## **RESOLUÇÃO Nº 1319 / 2025**

CRIA A PROCURADORIA ESPECIAL DE DEFESA DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE-MG.

Autoria: Mesa Diretora

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte Resolução:

- **Art. 1º** Cria a Procuradoria Especial de Defesa da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e da Pessoa com Deficiência na Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG constituída de 1 (um) Procurador e de 1 (um) Procurador Adjunto, que serão designados pela Presidência da Câmara de Vereadores de Pouso Alegre, no início de cada sessão legislativa, com mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução para o mesmo cargo.
- § 1º A Procuradoria não terá vinculação com nenhum outro órgão da Câmara Municipal de Pouso Alegre, sendo órgão independente, que contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Câmara Municipal.
- § 2º O Procurador, bem como o Procurador Adjunto, deverão ser prioritariamente Vereadores eleitos para a Legislatura.
- § 3º O suplente de Vereador que assumir o mandato em caráter provisório não poderá ser escolhido para Procurador.
- § 4º A Presidência da Câmara Municipal de Pouso Alegre designará servidores efetivos ou comissionados para acompanhar as atividades da Procuradoria Especial de Defesa da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e da Pessoa com Deficiência na Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, prestando-lhe o necessário suporte.
- § 5º As funções atribuídas ao Procurador e ao Procurador Adjunto não serão remuneradas.
- § 6º A ocupação das funções de Procurador e Procurador Adjunto cessarão automaticamente com a interrupção dos mandatos dos seus ocupantes.
- **Art. 2º** Compete à Procuradoria Especial de Defesa da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e da Pessoa com Deficiência na Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG:
- I zelar pela defesa dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista TEA ou deficiência;
- II receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de qualquer tipo de violação contra a pessoa com transtorno do espectro autista TEA ou deficiência;
- III sugerir, fiscalizar e acompanhar a execução de programas dos governos estadual e municipais, que visem à promoção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista TEA ou deficiência;
- IV cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, voltadas à implementação de políticas em prol da pessoa com transtorno do espectro autista TEA ou deficiência;

V – auxiliar as Comissões da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG na discussão de proposições que tratem, no mérito, de direito relativo à pessoa com transtorno do espectro autista – TEA ou deficiência;

VI – implementar os mecanismos de prevenção, cuidados e responsabilização contra violações a direitos da pessoa com transtorno do espectro autista – TEA ou deficiência;

VII – promover pesquisas, seminários, palestras estudos sobre acessibilidade e inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista – TEA ou deficiência, bem como sobre o desenvolvimento de políticas públicas inerentes e o aperfeiçoamento da legislação pertinente, inclusive para fins suporte ou subsídio às Comissões Parlamentares;

VIII – garantir que as políticas públicas sejam propostas, implementadas e executadas de forma interseccional e com participação popular.

- **Art. 3º** Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria Especial de Defesa da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e da Pessoa com Deficiência terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara Municipal.
- **Art. 4º** Para atender aos objetivos da Procuradoria, poderão ser firmadas parcerias e convênios com universidades, escolas, empresas privadas, comércio, indústria, sociedades de classe, entes da sociedade civil organizada, entidades governamentais e não governamentais.
- **Art. 5º** A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com a nomeação imediata do Procurador e do Procurador Adjunto.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 22 de julho de 2025.

Dr. Edson PRESIDENTE DA MESA Lívia Macedo 1ª SECRETÁRIA

### **TERMO**

### TERMO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL

# TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE sediada na Av. São Francisco, 320, Bairro Primavera, inscrita no CNPJ sob o n. 25.650.078/0001-82, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Dr. Edson, inscrito no CPF sob o n.º 622.724.116-49, firma o presente Termo de Rescisão Unilateral do Processo Administrativo 20/2025 com a Empresa **TPF SOLUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º **55.469.276/0001-05**, doravante denominado CONTRATADO de acordo com o Processo nº 20/2025, com sujeição ao regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, e sob as seguintes cláusulas e condições:

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica rescindido o Contrato firmado com a Empresa TPF SOLUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 55.469.276/0001-05, que tem por objeto a instalação de 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUS.

### DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente instrumento de rescisão está amparado no Inciso I do art. 138, combinado com art. 137, I, ambos da Lei 14.133/2021.

### DOS FUNDAMENTOS DE FATO

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A empresa, conforme documentado nos autos, foi formalmente notificada diversas vezes acerca do descumprimento contratual, e não logrou apresentar fundamentos que possam justificar a sua posição.

Desse modo, a inércia da empresa impõe a rescisão do contrato, sob pena de restar sem atendimento a necessidade urgente da Administração quanto à instalação de aparelhos de ar condicionado já adquiridos para a estruturação da Câmara para acomodar 17 servidores recém-empossados.

À vista do interesse público, tendo-se respeitado o direito da empresa em prestar o serviço ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, fica determinada a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades, após o devido processo administrativo.

# DA DISPOSIÇÃO FINAL

CLÁUSULA QUARTA- Fica extinto o contrato a partir da data de sua publicação.

**CLÁUSULA QUINTA** – Tendo em vista a possibilidade de recurso no prazo de 3 dias úteis, conforme artigo 165, I, "e", da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, esta decisão passa a produzir efeitos a partir do 4º dia útil após a intimação da empresa, desde que esta não apresente recurso.

Pouso Alegre, 21 de julho de 2025.

Dr. Edson
CONTRATANTE